

Título do Projeto	Ilíada	Situação	Executando
Tipo do Projeto	Ciclo de palestras	Categoria	Projetos
Patrocinador(a)	Fernando Martins Zaupa	Departamento	Promotorias
Gestor(a) do Projeto	Daniel Fernando Tiburcio	Ano Fiscal	2020
Início	12/02/2021	Término Estimado	18/03/2022

<b>Descrição</b>
<p>O Projeto “Ilíada” tem por objetivo auxiliar os Promotores de Justiça que atuam no Patrimônio Público, centralizando e difundindo as informações de denúncias e investigações que recaiam sobre os mesmos investigados ou objeto, quando existentes em variadas comarcas do Estado, com vistas a uma atuação conjunta e orquestrada.</p> <p>Assim, o Núcleo do Patrimônio Público, ligado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral, acionado por um membro, realizada pesquisa perante o Judiciário e as demais promotorias de Justiça e condensa os números de procedimentos e ações; elabora um resumo das situações; estabelece contato entre os membros (individual ou coletivamente, via reuniões virtuais); coordena definição de estratégias de atuação; trata da elaboração e troca de peças jurídicas; canaliza o compartilhamento de provas (no caso de sigilo, agiliza o procedimento após a devida autorização judicial); entre outras ações.</p> <p>Otimiza-se, também, o número/frequência de acionamento dos demais órgãos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, tais como GECOC (Grupo Especial de Combate à Corrupção), GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), DAEX (Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução) e CI (Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança).</p> <p>Assim, ao invés de cada membro acionar de forma individual os órgãos supramencionados, pode haver um acionamento conjunto (porquanto a visão macro das investigações também facilitará o atendimento pelos demais organismos do Ministério Público).</p> <p>Também pode propiciar um acionamento individual; contudo, estando esta investigação também no Ilíada, poderá servir aos demais Promotores atuantes em suas Comarcas, por meio de compartilhamento do resultado dos acionamentos ou mesmo das provas obtidas (exemplo: DAEX e CI).</p> <p>A atuação conjunta e coordenada favorecerá a otimização das chamadas “operações” (cumprimento de cautelares como busca e apreensão e prisões), geralmente desenvolvidas pelo GECOC e GAECO, já que a atuação coordenada permite desenvolver uma única operação, otimizando esforços, gastos, empenho, análise, preservação de provas, entre outros fatores.</p> <p>Após a concentração e troca de informações entre os Promotores de Justiça, e realizada uma reunião virtual e estabelecimento de estratégias de atuação, entre outros pontos, pode ocorrer também o encaminhamento, aos demais Promotores de Mato Grosso do Sul, de um modelo de notificação aos gestores municipais, com um alerta sobre as empresas investigadas e/ou processadas.</p> <p>Isso porque foi criado um modelo para que o Promotor de Justiça possa alertar o gestor (Prefeito), sobre o dever de maior rigor em processos licitatórios, contratações e outros atos administrativos, quando presente uma ou mais empresas da análise citada, inclusive para se afastar eventual alegação de boa-fé, em caso de posterior constatação de fraude e outros ilícitos.</p> <p>Referida contribuição visa também a exteriorização de uma atuação preventiva de combate à corrupção pelo MPMS.</p> <p>O nome “Ilíada” é uma referência ao poema atribuído a Homero, em que há uma compilação de acontecimentos, fatos e narrativas, onde realidade e mitos se misturam, com diversos personagens, interesses, conflitos e desfechos.</p>
<b>Justificativas</b>

O Projeto Ilíada surgiu da confluência dos anseios dos Promotores de Justiça que atuam em investigações e processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa, com as linhas preconizadas pelo Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

A quase totalidade dos membros que atua na seara do Patrimônio Público cumulam atividades com outras matérias e, assim, precisam de otimização de seus esforços, dedicação e emprego dos recursos materiais e humanos disponíveis.

Ademais, muitos promotores observaram que é comum haver investigados ou objetos de investigação iguais ou semelhantes em procedimento de promotores lotados em outras Comarcas.

Deste modo, a centralização das informações, troca de dados, estabelecimento de estratégias e coordenação das atividades de execução, além de otimizar os fatores acima apontados, propiciam maior efetividade à finalidade investigativa ou processual.

Afinal, alguns entraves ocorridos em uma Comarca podem não ocorrer em outras e, assim, investigações mais amplas e eficazes podem subsidiar ou encaminhar as demais.

Ainda, o compartilhamento de provas pode contribuir para uma estruturação processual mais robusta e, portanto, com maior efetividade.

A visão macro também autoriza melhor concepção do contexto em que os investigados (pessoas físicas e jurídicas; particulares e agentes públicos/políticos) estão inseridos, postando norte para possibilidade ou negativas de atuação consensual (Acordo de Não Persecução Cível ou Acordo de Leniência).

A título de exemplo, conforme análise do Núcleo do Patrimônio Público, foram constatados casos em que o mesmo grupo de empresas e investigados passaram por três “Operações” realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público, de formas isoladas e separadas no tempo (ex: PGA nº 09.2020.00001813-1).

Essas Operações, caso já existisse o Ilíada e fosse utilizado o presente sistema, poderiam ser otimizadas em uma única Operação, executada simultaneamente nas cidades implicadas, propiciando além de diminuição de custos financeiros (uso de veículos, diárias, etc), melhor eficiência nos resultados obtidos nas buscas e prisões (uma vez deflagrada uma operação, praticamente se diminui em eficácia o desenvolvimento de outras operações, quando os envolvidos são os mesmos personagens).

Ademais, haveria melhor resposta do Ministério Público como um todo, com posterior análise conjunta das provas obtidas em todos os municípios e locais objeto das ações, evitando-se contradições ou descrições incompletas, bem como estabelecimento concomitante das ações criminais e cíveis (improbidade), diminuindo-se o risco de revogação prematura de cautelares e prejuízos com prescrições ou “abertura” (publicidade) de investigações em andamentos (afinal, todas seriam concluídas em proximidade de tempo).

### Objetivos

O Projeto “Ilíada” tem por objetivo auxiliar os Promotores de Justiça que atuam no Patrimônio Público, centralizando e difundindo as informações de denúncias e investigações que recaiam sobre os mesmos investigados ou objeto, quando existentes em variadas comarcas do Estado, com vistas a uma atuação conjunta e orquestrada.

Assim, o Núcleo do Patrimônio Público, ligado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral, acionado por um membro, realizada pesquisa perante o Judiciário e as demais promotorias de Justiça e condensa os números de procedimentos e ações; elabora um resumo das situações; estabelece contato entre os membros (individual ou coletivamente, via reuniões virtuais); coordena definição de estratégias de atuação; trata da elaboração e troca de peças jurídicas; canaliza o compartilhamento de provas (no caso de sigilo, agiliza o procedimento após a devida autorização judicial); entre outras ações.

Otimiza-se, também, o número/frequência de acionamento dos demais órgãos do Ministério Público do

Estado de Mato Grosso do Sul, tais como GECOC (Grupo Especial de Combate à Corrupção), GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), DAEX (Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução) e CI (Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança).

Assim, ao invés de cada membro acionar de forma individual os órgãos supramencionados, pode haver um acionamento conjunto (porquanto a visão macro das investigações também facilitará o atendimento pelos demais organismos do Ministério Público).

Também pode propiciar um acionamento individual; contudo, estando esta investigação também no Ilíada, poderá servir aos demais Promotores atuantes em suas Comarcas, por meio de compartilhamento do resultado dos acionamentos ou mesmo das provas obtidas (exemplo: DAEX e CI).

A atuação conjunta e coordenada favorecerá a otimização das chamadas “operações” (cumprimento de cautelares como busca e apreensão e prisões), geralmente desenvolvidas pelo GECOC e GAECO, já que a atuação coordenada permite desenvolver uma única operação, otimizando esforços, gastos, empenho, análise, preservação de provas, entre outros fatores.

Após a concentração e troca de informações entre os Promotores de Justiça, e realizada uma reunião virtual e estabelecimento de estratégias de atuação, entre outros pontos, pode ocorrer também o encaminhamento, aos demais Promotores de Mato Grosso do Sul, de um modelo de notificação aos gestores municipais, com um alerta sobre as empresas investigadas e/ou processadas.

Isso porque foi criado um modelo para que o Promotor de Justiça possa alertar o gestor (Prefeito), sobre o dever de maior rigor em processos licitatórios, contratações e outros atos administrativos, quando presente uma ou mais empresas da análise citada, inclusive para se afastar eventual alegação de boa-fé, em caso de posterior constatação de fraude e outros ilícitos.

Referida contribuição visa também a exteriorização de uma atuação preventiva de combate à corrupção pelo MPMS.

O nome “Ilíada” é uma referência ao poema atribuído a Homero, em que há uma compilação de acontecimentos, fatos e narrativas, onde realidade e mitos se misturam, com diversos personagens, interesses, conflitos e desfechos.

Área de Abrangência

Todo o território de Mato Grosso do Sul

Órgãos Envolvidos

Parceiros Diretos: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral e Promotorias de Justiça do Patrimônio Público do MPMS

Parceiros Indiretos: Eventuais órgãos de fiscalização e combate à corrupção e à improbidade acionados (Tribunal de Contas; Tribunal de Contas da União; Controladoria-Geral da União; Controladoria-Geral do Estado; Controladorias Municipais; Receita Federal; Fazenda Estadual; Ministério Público Federal; entre outros).

Público Alvo

Promotores de Justiça do Patrimônio Público do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Alinhamento Estratégico

**Objetivo Estratégico MPMS:** Defender o patrimônio histórico e cultural assegurando sua preservação e

conservação.

**Objetivo Estratégico PEN-MP:** Combater a improbidade administrativa e defender o patrimônio público, social, histórico e cultural

**Programa PEN:** Patrimônio Público, Social, Histórico e Cultural

Partes Interessadas

ID	Nome da Parte	Organização	Papel	Interesse	Influência	e-mail	Telefone
1	Daniel Fernando Tiburcio		Gerente do Projeto	Médio	Média	danieltiburcio@mpms.mp.br	
2	Fernando Martins Zaupa		Patrocinador	Médio	Média	fernandozaupa@mpms.mp.br	

Descrição do Trabalho

DESCRIÇÃO

O Projeto Ilíada é desenvolvido e executado por meio do acionamento do Núcleo do Patrimônio Público, por um membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

DESENVOLVIMENTO

1. Acionamento do Núcleo do Patrimônio Público pelo membro do MPMS;
2. Registro de Procedimento de Gestão Administrativa no Núcleo;
3. Levantamento e pesquisa sobre as Comarcas e Promotorias de Justiça com investigações e processos sobre as mesmas pessoas (físicas e jurídicas);
4. Elaboração de resumo da situação jurídica e apresentação de visão macro;
5. Acionamento dos membros com as mesmas denúncias, investigações e processos, via contato por sistema Whatsapp ou telefone;
6. Montagem de grupo de trabalho via sistema Whatsapp, para início das tratativas e troca das informações preliminares;
7. Realização de reuniões virtuais, via sistema Microsoft TEAMS;
8. Criação de sistema de compartilhamento de documentos e peças jurídicas, via sistema Microsoft Sharepoint;
9. Continuidade da centralização e compartilhamento de informações, troca de ideias e estabelecimento de estratégias de atuação;
10. Havendo necessidade, haverá o estabelecimento de cronograma de atuação, inclusive para fins de deflagração de “Operação” (cumprimento de mandados de busca e apreensão e/ou prisões cautelares);
11. Acompanhamento das execuções e medidas de cada membro participante e acionado;
12. Elaboração de aviso de alerta ao gestor (prefeito) e encaminhamento aos membros não participantes;
13. Relatório final disponível a todos;

14. Encerramento.

Recursos Necessários

Não há recursos externos e outros que não sejam os decorrentes das atividades inerentes aos órgãos envolvidos.

Premissas e Restrições

FATORES INTERNOS

PONTOS FORTES: Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral. Excelente estrutura física e humana das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público para desenvolvimento do projeto. Existência de instrumentos jurídicos para atuação. Credibilidade do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PONTOS FRACOS: Eventual desinteresse de membro na atuação conjunta, porquanto o Projeto é participativo e depende da voluntariedade dos promotores acionados.

FATORES EXTERNOS

OPORTUNIDADES: Demonstração à população da excelência do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Resgate de aportes financeiros porventura subtraídos ou desviados.

AMEAÇAS: Eventuais entendimentos díspares por parte do Poder Judiciário. Dificuldades em harmonizar as agendas e cronogramas de atuação dos diversos membros atuantes. Contudo, neste último tópico, haverá atuação do Núcleo do Patrimônio Público nesta busca e alcance.